



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Diretoria de Gente e Gestão

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO:

1.1 A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs para a reposição do estoque do Núcleo de Engenharia de Segurança, Medicina do Trabalho e Assistência ao Servidor - NUCESMAS, como também, a aquisição dos mesmos para o enfrentamento à Influenza Aviária no Estado do Rio de Janeiro. Sendo de suma importância para os servidores lotados nas Unidades de Conservação (UCs) estaduais, uma vez que há a possibilidade da ocorrência de animais com suspeita de infecção por Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) nas UCs.

### 2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 - Considerando que da criação do INEA pela Lei 5.101/07 resultou a extinção da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – Feema, da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – Serla, da Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF, transferindo suas competências e atribuições, bem como, seus quadros de servidores Estatutários e Empregados Públicos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas;

2.2 - Ponderando que as empresas têm por obrigação cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, instruir os empregados quanto às precauções para evitar acidentes de Trabalho ou doenças ocupacionais, adotar e facilitar as medidas determinadas pelo órgão fiscalizador regional competente e implementar as constantes melhorias no que tange a Segurança e Medicina do Trabalho;

2.3 - Em observação que, o fornecimento de equipamentos de proteção individual é obrigatório e regulamentado pela NR-06 do Ministério do Trabalho e Previdência, conforme item 6.3:

*“6.3. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias:*

- a) sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho;*
- b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; e,*
- c) para atender a situações de emergência. ”*

2.4 - Em razão de suas atividades externas, os servidores do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, podem eventualmente enfrentar situações de risco ambiental, assim caracterizados pelos agentes físicos, químicos e biológicos que, em função de sua natureza, concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde. Alegando-se também em suas atividades externas, os mesmos servidores podem eventualmente adentrar em locais onde haja exposição ao risco, e embora a adoção de todas as medidas de ordem geral e de proteção coletiva, não é possível oferecer total proteção sem a utilização de Equipamento de Proteção Individual adequado, torna-se obrigatório o cumprimento da exigência dos itens 6.3-a e 6.3-c da NR-06 do Ministério do Trabalho e Previdência.

2.5 - Fundamenta-se o presente auto com o objetivo de atender a todos os servidores do INEA, no que diz respeito ao planejamento e acompanhamento de práticas de prevenção de acidentes e orientação sobre riscos de doenças no ambiente de trabalho. Os Equipamentos de Proteção Individual, guiado de modo correto, evita que o servidor sofra lesões que possam ocasionar no sofrimento físico e/ou psíquico, além de seu afastamento temporário e/ou permanente de suas atividades profissionais. Atendendo igualmente na prevenção de determinados riscos específicos aos funcionários expostos impedindo o desenvolvimento de doenças ocupacionais, aquelas ocasionadas por intermédio do trabalho.

2.5.1 Desta forma, faz-se necessário a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual segundo o estabelecido na Norma Regulamentadora nº 06 do Ministério do Trabalho e Previdência, e especificado conforme descrição técnica do material de consumo no item 3 deste termo.

2.6 - O instituto possui um corpo técnico especializado para realizar as demandas ambientais de licenciamentos, acompanhamentos de licenças, atendimentos a emergências, realizações de amostragens para análises, laboratórios, unidades de conservação, entre outros serviços imprescindíveis para a defesa do meio ambiente;

2.6.1 - Segundo a análise realizada pelo NUCESMAS, essas atribuições específicas necessitam de uso obrigatório de EPIs e existem aproximadamente 727 colaboradores habilitados fazer a requisição, como mostra o quadro abaixo:

Lotação	Número de Funcionários
DIRLAM	144
DIRPOS	80
DIRSEQ	108
DIRBAPE	174
DIRRAM	49
Presidência / Superintendências	172
<b>TOTAL</b>	<b>727</b>

2.7 - Para justificar a quantidade de EPIs solicitados nesse auto, foi levado em consideração:

- Muitos funcionários possuem seus EPIs em boas condições de uso e dentro da validade;
- Os EPIs que possuem maior demanda de requisição, com tamanho e/ou número;
- A grande rotatividade de funcionários no quadro institucional, nas atividades técnicas;
- A formação de um estoque mínimo de EPIs, que hoje encontra-se zerado de alguns itens;
- A capacidade de armazenagem do almoxarifado da NUCESMAS para a correta guarda e conservação dos EPIs;

2.8 Ademais, conforme despacho elaborado pela Gerência de Fauna - GERFAU (nº 56780239) no que concerne ao documento (nº 56300614) sobre aquisição dos mesmos equipamentos, em razão ao enfrentamento à Influenza Aviária no Estado do Rio de Janeiro, apresenta-se a relação dos equipamentos necessários à equipe do INEA frente aos casos registrados no estado. Tendo em vista a Portaria MAPA nº 587/2023 apresentada, declarando estado de emergência zoonótica em todo o país devido à confirmação de casos positivos para Influenza Aviária pela primeira vez em território brasileiro, com registro até o momento de 15 aves silvestres positivas no Estado do Rio de Janeiro, faz-se de suma importância a disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os servidores lotados nas Unidades de Conservação (UCs) estaduais, uma vez que há a possibilidade da ocorrência de animais com suspeita de infecção por Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP) nas UCs.

2.8.1 A mobilização para o enfrentamento à Influenza Aviária envolve uma articulação entre os entes públicos (federal, estaduais e municipais) e privados, uma vez que se trata de uma enfermidade de inestimável impacto econômico e também para a saúde pública por se tratar de uma zoonose de grande importância.

2.9 Até o atual momento, as ocorrências no Rio de Janeiro foram registradas em área litorânea e de espécies de aves aquáticas, porém já há registros em outros estados de aves não aquáticas no interior no território. Com o objetivo de salvaguardar os servidores que atuam em UCs estaduais, que podem, eventualmente, se deparar com focos de aves suspeitas ou positivas, é necessária a disponibilização desses materiais.

2.10 Para a proposta do quantitativo que será exposto no item 4, foi definido junto à Gerência de Unidades de Conservação e Gerência de Guarda-Parques que serão elencados dois servidores por UC para o eventual manejo de aves com suspeita de IAAP. Portanto, considerando os materiais e produtos relacionados na Nota Técnica Conjunta 02/2023 56779714 do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Ministério da Saúde (MS), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O quantitativo foi calculado para as 40 UCs estaduais, implementando com equipamentos descartáveis e não descartáveis, e prevendo um possível surto de duração de cinco dias. O material deverá ser mantido em cada UC para uso imediato em caso de necessidade de manipulação de algum animal com suspeita clínica de IAAP.

2.11 Por fim, foi elaborado pela SEAPPA com apoio do MAPA, INEA e Aiuká o Plano de Contingência para Influenza Aviária Altamente Patogênica no Estado do Rio de Janeiro. O documento aborda informações sobre o atendimento aos focos e sugere a implementação das estruturas de oportunidade para o enfrentamento da IAAP, sendo a Instalação Móvel a estrutura a ser disponibilizada como ponto de apoio para que as equipes possam executar ações como recolhimento de carcaças e animais com sinais neurológicos/respiratórios cuja eutanásia será realizada. Sugerimos a aquisição de estruturas semelhantes para serem mantidas à disposição das UCs estaduais em casos de eventuais focos. O objetivo é que, em caso de alta mortalidade de animais, haja um ponto de recolhimento para coleta de material biológico ou eutanásia evitando o risco de disseminar material ou fluidos contaminados no ambiente e evitar a aproximação de predadores.

### 3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO







3.1 Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

3.2 - Todos os Equipamentos de Proteção Individual, devem atender aos critérios da NR-06 e possuir o certificado de aprovação válido no ato da compra, pelo Ministério do Trabalho e Previdência, comprovando, de forma legal, que o mesmo atende as especificações técnicas ao qual foi fabricado;


3.3 - O Termo de Referência foi dividido em 4 lotes, definidos com base na afinidade dos produtos, para que atraia um maior número de empresas interessadas em participar do processo de licitação;






**LOTE 1 - Bota de Segurança, Bota de PVC com cano alto, Luva de Couro/ Vaqueta, Capa de Chuva, Avental de PVC, Perneira de Proteção, Respirador tipo Concha PFF2, Macacão de Proteção Química e Macacão Descartável Impermeável**

ITEM	FOTO ILUSTRATIVA	MATERIAL	DESCRIÇÃO	ID SIGA	QUANTIDADE	SETOR	QT
1.1		<b>Bota de Segurança</b>	Bota de segurança na cor marrom, com fechamento em velcro, cano acolchoado, lingueta tipo morcego, cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo, com forração em sintético, palmilha de montagem em sintético, fixada pelo processo strobrel, solado Bi densidade injetado diretamente ao cabedal, biqueira em PVC (termoplástica), forro sintético. Deve estar disponível no padrão brasileiro de calçados, ser embalada por par e apresentar manual de instruções detalhadas, inclusive sobre informações de proteção. Deve estar dentro da validade, com prazo superior a 2 (dois) anos, a contar da data da entrega.	Nº 34 (137214) Nº 35 (137215) Nº 36 (137216) Nº 37 (137217) Nº 38 (137218) Nº 39 (137219) Nº 40 (137220) Nº 41 (137221) Nº 42 (137222) Nº 43 (137223) Nº 44 (137224) Nº 45 (137225)	Nº 34 - 15 pares Nº 35 - 15 pares Nº 36 - 15 pares Nº 37 - 15 pares Nº 38 - 15 pares Nº 39 - 10 pares Nº 40 - 10 pares Nº 41 - 10 pares Nº 42 - 15 pares Nº 43 - 15 pares Nº 44 - 10 pares Nº 45 - 05 pares	NUCESMAS	
1.2		<b>Bota de PVC com cano alto</b>	Bota com solado de ótima aderência e estabilidade, altamente resistente a sangue e gordura animal, fungos, bactérias, ambientes refrigerados, ácidos, óleos, solventes, graxas e hidrocarbonetos em geral (derivados de petróleo). Atividades com produtos químicos em geral, onde se exija alto desempenho do produto. Indústrias químicas em geral (químicas, petroquímicas, plataformas petrolíferas), postos de gasolinas, transporte de produtos perigosos, construção civil, usinas de cana de açúcar, saneamento. Tamanho cano: longo com altura 320 ~ 340 mm e na cor preta.	Nº 34 (148272) Nº 35 (148273) Nº 36 (154229) Nº 37 (154287) Nº 38 (154288) Nº 39 (154289) Nº 40 (154290) Nº 41 (154291) Nº 42 (154292) Nº 43 (154299) Nº 44 (154300) Nº 45 (154301)	Nº 34 - 05 pares Nº 35 - 05 pares Nº 36 - 05 pares Nº 37 - 05 pares Nº 37 - 10 pares Nº 38 - 05 pares Nº 38 - 20 pares Nº 39 - 05 pares Nº 40 - 05 pares Nº 41 - 05 pares Nº 41 - 30 pares Nº 42 - 05 pares Nº 42 - 20 pares Nº 43 - 05 pares Nº 44 - 05 pares Nº 45 - 05 pares	NUCESMAS NUCESMAS GERFAU NUCESMAS GERFAU NUCESMAS GERFAU NUCESMAS NUCESMAS NUCESMAS	
1.3		<b>Luva de Couro/Vaqueta</b>	Equipamento de proteção das mãos (tipo petroleiro) contra agentes abrasivos, escoriastes cortantes e perfurantes. Indicado para atividades industriais, florestais e agrícolas em geral. Especificações técnicas: luva de segurança modelo 5 dedos confeccionada em 100% couro de vaqueta na cor natural – modelo petroleiro. Possui punho de 9 cm de comprimento, com elástico no punho para melhor fixação. Uso: luva de segurança para proteção do usuário contra abrasão e agentes escoriastes. Aplicação: indicado para atividades industriais, florestais e agrícolas em geral.	M (136473) G (136472) GG (136471)	M - 20 pares G - 20 pares GG - 20 pares	NUCESMAS	


1.4		<b>Capa de Chuva</b>	Capa de segurança, confeccionada em PVC com forro de poliéster, com pala para proteção dos membros superiores, com mangas e capuz, altamente resistente, totalmente soldada eletronicamente. Proteção do usuário contra intempéries (chuva), na cor amarela.	P (150798) M (150799) G (150800) GG (150801)	P - 20 unidades M - 20 unidades G - 20 unidades GG - 10 unidades	NUCESMAS	
1.5		<b>Avental de PVC</b>	Avental de segurança confeccionado em fios de poliéster revestidos de PVC em ambas as faces, tiras soldadas no avental. Vestimenta de proteção parcial química com proteção contra líquidos químicos. Proteção abrangente para o usuário a partir de vários tipos de produtos químicos, óleos e outros elementos externos durante qualquer operação. Impermeável e na cor branca.	136483	25 unidades	NUCESMAS	
1.6		<b>Perneira de Proteção</b>	Confeccionada em couro sintético simples, costura eletrônica, com proteção de joelho, sem orifícios laterais, proteção 3 talas em polipropileno frontais, com fechamento em velcro. Utilizada para trabalhos de roçadas, poda e trabalhos onde pode-se encontrar animais peçonhentos	90550	50 pares	NUCESMAS	
1.7		<b>Respirador tipo Concha PFF2</b>	Respirador indicado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas e fumos metálicos ou plásticos, tais como: carvão mineral, minério de alumínio, minério de ferro, fibras têxteis, cimento refinado, cal, talco, soda cáustica, sabão em pó, poeiras vegetais, poeiras de lixamento e esmerilhamento, entre outros. Somente para uso contra aerossóis sólido e líquido base água. Devem estar embaladas individualmente e dentro da validade, com prazo superior a 2 (dois) anos, a contar da data da entrega.	170689	150 unidades	NUCESMAS	
1.8		<b>Macacão de Proteção Química</b>	MACACAO - TIPO: PROTECAO QUIMICA TIPO 5 E 6, NIVEL D (EPA) E NIVEL 2 (ISO 27065), MATERIAL: POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, COR: BRANCA, FECHAMENTO: FRONTAL COM ZIPER, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: COM ELASTICO DE ALTA PERFORMANCE NAS COSTAS, TRIANGULO DE REFORCO ENTRE AS PERNAS, CAPUZ AJUSTAVEL, COM ELASTICO E APROPRIADO PARA USO COM MASCARA, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: ELASTICOS NOS PUNHOS E TORNOZELOS, LOGOTIPO: N/A, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): N/A, POSICAO LOGOTIPO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE, LUVAS: N/A, MARCACAO: N/A, NORMA: ISO 16602	P (152075) M (138125) G (138118) GG (173184)	P - 50 unidades M - 50 unidades G - 50 unidades GG - 50 unidades	NUCESMAS	
1.9		<b>Macacão Descartável Impermeável</b>	MACACAO, TIPO: PROTECAO INDIVIDUAL DESCARTAVEL, MATERIAL: POLIETILENO, COR: BRANCO, FECHAMENTO: ZIPER FRONTAL, BOTA: N/A, CARACTERISTICA CONFECCAO: MATERIAL IMPERMEAVEL ISENDO DE FIBRA DE ALGODAO COM CAPUZ E COSTURA DUPLA, TAMANHO BOTA: N/A, MANGA: ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS, LOGOTIPO: N/A, BOLSO (QUANTIDADE X POSICAO): SEM BOLSO, POSICAO LOGOTIPO: N/A, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE	M (182238) G (154495) XG (173144)	M - 100 unidades G - 200 unidades XG - 100 unidades	GERFAU	

**LOTE 2 - Protetor Solar FPS 50 Aerosol, Repelente de Insetos Aerosol, Luvas de Borracha Nítrica Descartável, Máscara Protetiva PFF3, Óculos de Proteção com boa vedação e Luvas de Borracha**


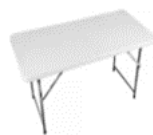
ITEM	FOTO ILUSTRATIVA	MATERIAL	DESCRIÇÃO	ID SIGA	QUANTIDADE	SETOR
2.1		<b>Protetor Solar FPS 50 Aerosol</b>	Produto necessário para proteção e conforto dos técnicos durante atendimentos ao ar livre. O produto deve proteger, imediatamente após a sua aplicação, contra os raios UVA e UVB, podendo ser aplicado até na pele molhada. Dessa forma, prevenindo queimaduras e o envelhecimento precoce. A fórmula deve ser foto estável para assim manter constante o nível de proteção durante o tempo de exposição ao sol. Deve ser no formato de aerosol, fator 50 de proteção e conter, no mínimo, o volume de 200 ml. O protetor deve estar dentro da validade, com prazo superior a 1 (um) ano, a contar da data da entrega.	17125	100	NUCESMAS

2.2		<b>Repelente de Insetos Aerosol</b>	Produto necessário para proteção e conforto dos técnicos durante atendimentos ao ar livre. Deve possuir alta eficácia na proteção da pele de insetos. O mesmo deve ter amplo espectro de ação repelente, com ação duradoura de no mínimo 6 horas. Dessa forma, sendo indicado para uso profissional, em atividades ao ar livre. A formulação do produto não deve ter ingredientes perigosos à pele e à saúde, deve ser dermatologicamente testada, com boa espalhabilidade, toque não gorduroso, repelente não tóxico e seguro. Deve ser no formato de aerosol e conter, no mínimo, o volume de 150 ml. O repelente deve estar dentro da validade, com prazo superior a 1 (um) ano, a contar da data da entrega.	153111	100	NUCESMAS
2.3		<b>Luvas de Borracha Nitrílica Descartável</b>	Luva de segurança, inteiramente confeccionada em látex nitrílico hipoalergênico; com 240mm de comprimento total, superfície texturizada; modelagem ambidestra, descartável após o uso, nos tamanhos P, M e G. Deve possuir resistência mecânica a rasgos e perfurações 3 vezes maior do que o látex ou Vinil/PVC. São produzidas com 100% de borracha nitrílica. Não deve possuir cera, plastificante ou silicone em sua formulação, os quais podem ocasionar contaminação no manuseio ou fabricação de diversos produtos. Proteção contra respingos de químicos. Possuir bainha para a proteção do pulso. Não conter talco, amido ou proteínas para evitar irritação nas mãos do usuário. A luva nitrílica descartável pode ser utilizada em inúmeras tarefas, como: manuseio de pequenas peças, com óleo ou sem óleo, trabalhos em laboratórios etc. Cada caixa deve conter 100 unidades e estar dentro da validade, com prazo superior a 2 (dois) anos, a contar da data da entrega.	P (136420)	P - 100	NUCESMAS
				M (136421)	M - 120	NUCESMAS
				G (136422)	M - 40	GERFAU
2.4		<b>Máscara Protetiva PFF3</b>	RESPIRADOR / MASCARA RESPIRATORIA, TIPO: RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR, CLASSE: FILTRANTE PARA PARTICULAS PFF3, PROTEÇÃO: POEIRA, NEVOAS FUMOS E RADIONUCLÍDEOS, FORMATO: SEMI FACIAL, MATERIAL: NÃO TECIDO MOLDADO EM FIBRAS SINTÉTICAS, QUANTIDADE CAMADA: N/A, FILTRO: VALVULA FRONTAL EM MICROFIBRAS TRATADAS ELETROSTATICAMENTE, PRECISAO FILTRAGEM: 95 1/M:300 PA, FIXACAO: ELASTICO NAS LATERAIS	152048	400	GERFAU
2.5		<b>Óculos de Proteção com boa vedação</b>	OCULOS DE SEGURANCA, MATERIAL ARMACAO: PVC FLEXIVEL TRANSPARENTE COM VENTILACAO DIRETA NA PARTE SUPERIOR E LATERAL, REVESTIMENTO: N/A, MATERIAL LENTE: POLICARBONATO, PROTECAO: CONTRA IMPACTO DE PARTICULAS VOLTANTE, COR LENTE: INCOLOR, CERTIFICADO APROVACAO - CA: 6874	152049	80	GERFAU
2.6		<b>Luvas de Borracha</b>	LUVA SEGURANCA, MATERIAL: BORRACHA NITRILICA COM PALMA ANTIDERRAPANTE, MODELO: RESISTENTE A PRODUTOS QUIMICOS, PALMA: ANTIDERRAPANTE, PUNHO: LONGO, ACABAMENTO INTERNO: N/A, TAMANHO: M, POSICAO REFORCO: N/A	137371	30	GERFAU

**LOTE 3 - Jaleco**

ITEM	FOTO ILUSTRATIVA	MATERIAL	DESCRIÇÃO	ID SIGA	QUANTIDADE	SETOR
3.1		<b>Jaleco</b>	JALECO, TAMANHO: P, MATERIAL: ALGODÃO, COR: BRANCA, MODELO: OPERACIONAL, MANGA: LONGA, LOGOTIPO: CONFORME ORGAO, BOLSO: COM, FECHAMENTO BOLSO: CONFORME ORGAO	P (68753) M (68754) G (68756)	P - 30 unidades M - 30 unidades G - 20 unidades	NUCESM

**LOTE 4 - Tenda Sanfonada 3 x 3 m e Mesa Camping**

ITEM	FOTO ILUSTRATIVA	MATERIAL	DESCRIÇÃO	ID SIGA	QUANTIDADE	SETOR
4.1		<b>Tenda Sanfonada 3 x 3 m</b>	TENDA, MATERIAL: LONA, ESTRUTURA: ACO GALVANIZADO, MODELO: SANFONADA, TAMANHO: 3 X 3 M, PERSONALISADO: NÃO	84728	4	GERFAU
4.2		<b>Mesa Camping</b>	MESA CAMPING, FORMATO: RETANGULAR, DIAMETRO: 183 x 76 x 70CM, MATERIAL TAMPO: POLIETILENO, MATERIAL BASE: FERRO, CARACTERISTICAS ADICIONAIS: DOBRAVEL EM FORMATO DE MALETA	95694	4	GERFAU

**4 – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:**

4.1 - O prazo máximo de entrega dos produtos será de 60 (sessenta) dias, a contar da emissão da Nota de Empenho. Os produtos deverão ser entregues, respeitando o prazo e a forma estabelecidos pela contratante, sito à Rua André Pinto nº 29 – Ramos – Rio de Janeiro – RJ, CEP 21031-790;

4.2 - A Contratante poderá alterar o local da entrega, caso necessário, mediante prévio aviso a Contratada;

4.3 - A entrega deverá ser previamente agendada com o NUCESMAS pelos telefones: 2334-9655 e/ou e-mail: [nuesmas.inea@gmail.com](mailto:nuesmas.inea@gmail.com). E pela GERFAU pelos telefones: (21) 2334-9614/ (21) 96872-5257 e/ou e-mail: [gerfau.inea@gmail.com](mailto:gerfau.inea@gmail.com), conforme quantitativo informado no item 3.

## 5 – DO ACEITE

5.1 A Contratada deverá apresentar documentação técnica oficial e original (ex: especificações, catálogos, prospectos e folders) de todos os objetos a serem oferecidos pela contratada, antes do julgamento do resultado da licitação.

5.2 Os equipamentos devem ser novos, sem uso (não sendo aceito produto remanufaturado, reciclado, reaproveitado, recondicionado ou recuperado) e ser original do fabricante;

5.3 No ato do recebimento, equipamentos que apresentem mal funcionamento, descumprimento de qualquer especificação, ou constatada avaria, deverão ser trocados, por equipamento idêntico ou de qualidade superior.

5.4 O Termo de Recebimento somente será emitido, após a substituição, testes e homologação dos novos equipamentos;

## 6 – MODALIDADE DE LICITAÇÃO

6.1 - O certame licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e Resolução SEPLAG nº 429/2011.

## 7 – DA VIGÊNCIA

7.1 O artigo 62, da Lei nº 8.666/1993 prevê a substituição do instrumento do contrato nas situações de "dispensa de licitação em razão do valor" e de "compras com entrega imediata" dos quais não resulte obrigações futuras.

## 8 – DO ENQUADRAMENTO LEGAL

8.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 8.666/93, (Lei de Licitações) e a outras legislações aplicáveis.

## 9 – DA GARANTIA DO PRODUTO

9.1 Declarar, detalhadamente, a garantia dos equipamentos fornecidos, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

9.2 A empresa deverá fornecer certificados de garantia, por meio de documentos próprios, ou anotação impressa ou carimbada na Nota Fiscal respectiva.

9.3 A substituição do produto acarretará a renovação da garantia por prazo de 12 (doze) meses.

9.4 O termo de garantia ou equivalente deverá esclarecer de maneira objetiva em que consiste, bem como a forma, o prazo e o lugar em que poderá ser exercitado o ônus, a cargo do contratante, devendo ser entregue, devidamente preenchido pelo fabricante, no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instalação e uso do produto.

9.5 A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

## 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no item 3;

10.2 - Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

10.3 - Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

10.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

10.5 - Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE ou terceiros;

10.6 - Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

10.7 O item do objeto contratado será recebido em caráter provisório no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis por servidor da NUCESMAS e GERFAU do Órgão CONTRATANTE, para que este verifique se o item do objeto contratado foi entregue em consonância com as exigências estabelecidas no edital e seus respectivos anexos;

10.8 Verificadas quaisquer irregularidades no item do objeto contratado, será solicitada à CONTRATADA que, corrija as irregularidades ou proceda novamente à execução, sem custos para CONTRATANTE;

10.9 A nota fiscal ou fatura deverá conter a descrição do item do objeto executado em consonância com a descrição constante da nota de empenho correspondente;

10.10 Após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos foram disponibilizados em desacordo com a correspondente proposta de preços, fora das especificações fixadas ou incompletos, depois da CONTRATADA ter sido regularmente notificada, esta terá o prazo de 05 (cinco) dias para entregá-los, desta vez, dentro das referidas especificações ou completos, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE.

## 11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste contrato;

11.2 - Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

11.3 - Exercer a fiscalização do contrato;

11.4 - Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

## 12. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 O licitante, previamente classificado em primeiro lugar, deverá comprovar capacidade técnica através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação.

12.2 O(s) atestado(s) deverão possuir, em sua totalidade, um quantitativo mínimo de fornecimento de 20% (vinte por cento) do quantitativo de cada item descrito no termo de referência. Para comprovação desse quantitativo, poderão ser apresentados tantos atestados quanto necessários para comprovar que todo o quantitativo já tenha sido fornecido pela licitante.

12.3. Os atestados deverão conter:

12.3.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço, telefone).

12.3.2. Local e data de emissão.

12.3.3. Nome, cargo, telefone, e-mail e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

12.3.4. Período de fornecimento.

12.4. Cumpre informar que somente serão considerados os atestados em conformidade com o descrito acima.

12.5. O licitante deve disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram executadas as atividades.

### 13- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 - Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.

13.2 - O pagamento será realizado **após a entrega integral e aceite definitivo dos itens descritos no item 3**, respeitadas as condições de aceite. Constatado que o produto ofertado está em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, o fornecedor terá **prazo de 05 (cinco) dias**, a contar da ciência da recusa, para entrega de novo produto que atenda ao especificado neste Termo de Referência.

### 14 – DA PROPOSTA

14.1 O custo do serviço a ser prestado pela CONTRATADA deverá ser estimado conforme tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1		UNID.			
2		UNID.			
TOTAL (R\$)					

14.2 A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

### 15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1 A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASPLAN) subordinado à Coordenadoria Executiva e de Planejamento (COEXEC).

**FONTE:**

**PROGRAMA DE TRABALHO:**

**NATUREZA DA DESPESA:**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

### 16 – DAS PENALIDADES:

16.1 - Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório;

16.2 - O Fiscal deverá comunicar à Autoridade Superior, por intermédio de seus superiores, quaisquer ocorrências passíveis das sanções administrativas previstas em Edital e que ultrapassem a sua competência;

16.3 - Retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

16.4 - Não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

16.5 - Falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

16.6 - Fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

16.7 - Comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

16.8 - Qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

I - advertência;



II - multa administrativa;

III - suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

#### 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 - A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 229 da Lei Estadual n.º 287/79 c/c o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação;

17.2 - O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 65, § 1º e 2º da Lei n.º 8.666/93;

17.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término;

17.4 - Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos;

17.5 - As aquisições especificadas no presente termo são classificadas como “comuns”, desse modo, a licitação deverá ocorrer na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Yuri Takitani Miguel de Azevedo, Chefe de Serviço**, em 16/08/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronan Silva Santos, Assessor**, em 16/08/2023, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Mariano Lopes, Assessora**, em 17/08/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Figueiredo da Silva, Adjunto**, em 17/08/2023, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **57288355** e o código CRC **E51CD9B5**.